



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES

27 3357-7530

CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ATA 5ª REUNIÃO - 2 DE DEZEMBRO DE 2016 - CPPG

Ata da 5ª reunião da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, realizada no dia dois do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e cinquenta e oito minutos, no Miniauditório da Reitoria do Ifes, situada na Avenida Rio Branco, 50, Santa Lúcia, na cidade de Vitória/ES. A reunião foi presidida pelo **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**, Márcio Almeida Có, e contou com a presença da secretária Renata Venturim Bernardino e dos seguintes membros: **Diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, André Assis Pires, **Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, Rony Cláudio de Oliveira Freitas, **Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação dos campi**, Adolfo Miranda Oleare, Adriane Bernardo de Oliveira Moreira, Ana Raquel Santos de Medeiros Garcia, Cleidson da Silva Oliveira, Emanuel Carvalho de Assis, Fabíola Chrystian Oliveira Martins, Gilmar Luiz Vassoler, Jocelia Abreu Barcellos Vargas, Leandro Glaydson da Rocha Pinho, Márcia Regina Pereira Lima, Octávio Cavalari Junior, Maria Alice Veiga Ferreira de Souza, Paulo José Pereira de Oliveira, Erick Bernabé Zanelato e Waylson Zancanella Quartezeni, **representante de coordenadores de curso de pós-graduação lato sensu**, Klinger Ceccon Caprioli, **representante de coordenadores de curso de pós-graduação stricto sensu**, Rosana Vilarim da Silva, **Técnico em Assuntos Educacionais/Pedagógico representante do Fórum de Gestão Pedagógica**, Helton Andrade Canhamaque, **representantes dos líderes de Grupos de Pesquisa Certificados pelo Ifes**, Ligia Arantes Sad, Janio Gloria de Oliveira e Mario Mestria, **representante do Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes**, Sara Ramos da Silva, **representante do Fórum de Registro Acadêmico do Ifes**, Izaque Rohr Pereira Lima, **representante do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifes**, Leonardo Silva Moraes, e **convidados**, Gustavo Henrique Araújo Forde, Mardem Ribeiro Rocha Barbosa e Mariana Petri da Silva. Justificaram ausência os seguintes membros: Marcelo Giordani Minozzo, Adriana Marcia Nicolau Korres, Vinicius Guilherme Celante, Fernanda Chaves da Silva, Marling Rodrigues Gava Alvarenga, Leonardo Favato Lorenzoni, Valdi Antonio Rodrigues Junior, Vilácio Caldara Junior, Flávia Regina Spago de C. Gonçalves, Victor Hugo Silva e Silva, Ednéia Nunes da Silva, Hediberto Nei Matiello e Carlos Henrique Rodrigues de Oliveira. Dando início à reunião, Márcio Có apresentou a pauta da reunião, constituída dos seguintes: 1) Aprovação do calendário de reuniões da CPPG/Subcâmaras para 2017; 2) Minuta de resolução específica de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos e programas de pós-graduação do Ifes, como políticas de Ações Afirmativas – processo nº 23147.002341/2016-26; 3) Apresentação de avaliação da CPPG e Subcâmaras no ano de 2016; 4) Discussão sobre o orçamento para as diretorias de pesquisa, pós-graduação e extensão dos Campi; 5) Informes. O presidente da CPPG, Márcio Almeida Có, saudou a todos e agradeceu a presença dos membros da CPPG nesta última reunião do ano. Apresentou o ponto (1) que trata do calendário de reuniões da CPPG/Subcâmaras para 2017, destacando que se trata de uma proposta de calendário com 8 (oito) reuniões sendo que a primeira está prevista para março de 2017. Frisou que a preocupação foi reservar reuniões às sextas-feiras para facilitar o deslocamento dos membros e a alocação de veículos, de modo a não conflitar com os recessos escolares dos meses de janeiro e julho, e com os feriados e calendários de outros colegiados. Destacou que o calendário prevê reuniões presenciais da CPPG para 2017, no entanto, as convocações ocorrerão por demandas de pauta e as datas poderão ser utilizadas exclusivamente para as reuniões das Subcâmaras. E, eventualmente, as reuniões poderão ocorrer via webconferência. Após discussões, foi definido que os atuais membros representantes e seus respectivos suplentes serão renovados em 2018, quando completam o mandato de 2 (dois) anos, conforme prevê a Resolução do Conselho Superior nº 39/2015, que cria a CPPG e Subcâmaras. Em seguida, foi deliberada a aprovação do calendário proposto. Logo

depois, foi apresentado o ponto (3) que trata da avaliação do que foi desenvolvido pela CPPG e Subcâmaras no ano 2016. Márcio Có resgatou o que foi desenvolvido nos anos de 2014 e 2015 para destacar que nestes anos tanto foram reformuladas resoluções quanto foram criadas novas resoluções significativas para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa no Ifes, como a resolução de afastamento docente para mestrado, doutorado e pós-doutorado, a ROD da Pós-Graduação, a regulamentação pós-doutorado no Ifes, as normas para pagamento de auxílio financeiro a pesquisador, o fluxo de aprovação de projetos de pesquisa, a reestruturação da CPPG e criação das Subcâmaras, e a reestruturação dos Programas de Apoio (Picti, Prociência, Prodif, Prointer e Propós). Também destacou que com a reestruturação da CPPG, implementada em 2016, observou-se uma presença maior de seus membros, que, em 5 reuniões realizadas, atingiu a uma frequência média de 75%. Na Subcâmara de Pesquisa foram realizadas 3 Reuniões (sendo 2 via webconferência), houve uma frequência média de 85%. E na Subcâmara de Pós-Graduação, foram realizadas 3 Reuniões (sendo 1 via webconferência), com uma frequência média de 70%. André Pires destacou que as reuniões realizadas via webconferência tiveram resultados positivos e facilitaram a participação. Logo depois, Cleidson da Silva propôs que fosse discutida a forma de distribuição de bolsas no Ifes. Paulo José Pereira propôs que, em função de existirem mais projetos do que bolsas, cada campus deveria ter uma cota. Márcio Có destacou que é preciso verificar se a sistemática e a metodologia de distribuição de bolsas está adequada ou não aos campi, visto que nos anos de 2013 a 2014 a quantidade de bolsas atendia a demanda existente e a partir de 2015 houve um aumento de submissões de projetos, o que fez crescer, consideravelmente, as demandas por bolsas; contudo, existem diferenciações entre as cotas de bolsas institucionais do Ifes e as das agências de fomento (Capes, Fapes e CNPq). Mário Mestria destacou que é preciso ser revisto o critério de avaliação de titulação a fim de que o pesquisador não seja desestimulado. André Pires frisou que a discussão sobre os critérios de avaliação contidos nos editais de pesquisa foram definidos na Subcâmara de Pesquisa e que os membros puderam se manifestar e votar de forma democrática. Gilmar Vassoler destacou que selecionar os pesquisadores com currículos qualificados possibilita ter mais chances de captar recursos e realizar publicações. Márcia Regina Pereira ressaltou que os alunos selecionados na iniciação científica geralmente são os mesmos e que isso envolve conflito de interesses, impossibilitando que novos alunos sejam inseridos. E disse, ainda, que é preciso uma reflexão sobre o fato da iniciação científica ser utilizada como estágio. Ana Raquel Garcia pontuou que isso faz parte da formação científica e que na graduação é difícil conseguir alunos com o perfil de pesquisador, além de existir concorrência e uma considerável taxa de desistência de bolsista. Márcia Regina ponderou que é preciso pensar em um limite de participação e possibilitar que outros alunos também participem, de modo que eles sejam estimulados a se comportarem de outra forma e a continuar com a bolsa. Cleidson da Silva também propôs que fosse realizado um rodízio de representantes na Subcâmara de Pesquisa para que outros pesquisadores possam participar dessas discussões. Márcio Có destacou que é preciso fazer uma reunião da Subcâmara de Pesquisa para tratar desses assuntos. Posteriormente, Márcio Có convidou Gustavo Forde para apresentar o ponto (2) que se refere à minuta de resolução específica de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos e programas de pós-graduação do Ifes, como políticas de Ações Afirmativas. Gustavo Forde destacou que esta minuta de resolução, elaborada pela comissão designada pela portaria nº 2391, de 17 de agosto de 2016, está em conformidade com a proposta aprovada na 3ª reunião da CPPG, em 05 de agosto de 2016. Destacou que para a elaboração dessa minuta foram considerados alguns marcos e documentos legais, como a Portaria Normativa MEC nº 13/2016, a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 12.711/2012 que reserva vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, a Lei nº 12.990/2014 que reserva vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal, o Decreto nº 3.298/1999, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Lei nº 10.436/2002 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o Decreto nº 5.626/2005, que prescreve o que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas, a Resolução do Conselho Superior nº 62/2010 que ao tratar do Estatuto do Ifes, e o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes 2014-2019. Gustavo Forde disse que a comissão considerou a decisão consignada na arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 186/2014, entendendo que as Ações Afirmativas se constituem em um “conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente, cujo objetivo é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade”. A comissão também buscou experiências com outras instituições voltadas para as políticas de Ações Afirmativas no âmbito dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e nos programas de pós-graduação

stricto-sensu, pensando na ampliação do ingresso e na garantia da permanência qualificada de pessoas negras, indígenas e com deficiência e na criação e fortalecimento de linhas e grupos de pesquisas voltado para estes públicos. Foi proposto, no Art. 1º, que do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo dos cursos e programas de pós-graduação do Ifes, será reservado o mínimo de 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas, e, no Art. 2º, reservado o mínimo de 5% das vagas para candidatos com deficiência. Gustavo Forde destacou que, atendendo ao que foi deliberado na 3ª reunião da CPPG, consta no Art. 3º que, na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, mantendo a oferta de no mínimo 01 vaga para cada categoria de reserva de vagas. No Art. 5º, consta que os candidatos à reserva de vagas farão sua opção no ato da inscrição, utilizando formulário próprio indicando uma das modalidades de reserva de vagas, a saber: 1) negros ou indígenas, 2) pessoa com deficiência. A comissão também propôs que a comprovação da autodeclaração dos candidatos cotistas aprovados, dar-se-á por critérios e metodologias a serem estabelecidas por uma Comissão Permanente de Ações Afirmativas da Pós-Graduação (CPAA-Pós), a ser criada com a finalidade de acompanhamento, avaliação e assessoramento aos cursos e programas de pós-graduação do Ifes (§ 1º). No Art. 6º, consta a composição da CPAA-Pós, que estará vinculada à PRPPG, e terá o mandato de 03 (três) anos. Gustavo Forde ressaltou que caberá a esta comissão verificar os critérios de avaliação, a autodeclaração e a metodologia de entrevista do candidato cotista, que deverá produzir indicadores para acompanhamento do acesso e permanência dos estudantes público-alvo e realizará diagnóstico de caráter avaliativo e propositivo a ser encaminhado à PRPPG. Caberá aos cursos e programas de pós-graduação garantir estratégias para identificar e eliminar as barreiras (materiais e simbólicas), como por exemplo: organizar o ambiente, diversificar os materiais, incluindo estratégias pedagógicas adequadas e disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade. Rosana Valarim questionou o que será feito no caso do candidato aprovado que concorre, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência. Gustavo Forde disse que a CPAA-Pós definirá que a prioridade será ocupar a vaga de ampla concorrência. E ainda pontuou que, na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados na condição de autodeclarados negros, indígenas e com deficiência para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação (Art. 4º). Ele ainda poderou que a política de Ações Afirmativas no Brasil tem 15 anos de existência e ainda envolvem decisões políticas, conceituais e metodológicas que deverão ser discutidas pela CPAA-Pós, sendo que esta atuará junto com os coordenadores de cursos de pós-graduação para acompanhá-los e assessora-los. Octávio Cavallari perguntou se a CPAA-Pós atuará a partir de denúncias ou demandas. Gustavo Forde disse que, a cada edital de processo seletivo do curso, a CPAA-Pós deverá acompanhar se o que está estabelecido atende ao que consta na resolução e caberá à comissão de processo seletivo do campus seguir as orientações da CPAA-Pós. Adolfo Miranda destacou que diante do desconhecimento do assunto é necessário que seja realizado no Ifes um trabalho educativo sobre as Ações Afirmativas e questionou se haverá a participação de membro externo na CPAA-Pós. Gustavo Forde afirmou que outras comissões trazem profissionais externos e acredita ser importante que a comissão tenha em sua composição um profissional externo para se obter um olhar que não seja endógeno. Rony Freitas propôs que fossem incluídos na composição da CPAA-Pós 2 (dois) representantes da comunidade científica: um para os quesitos raça/cor e outro, deficiência. Sem objeções, a CPPG acatou esta proposta. Rony Freitas também propôs que fosse determinado um prazo para que os cursos e programas realizassem as adequações necessárias. Após discussões, foi deliberado que este prazo será de 6 (seis) meses e que a CPAA-Pós será composta por um representante indicado pela Diretoria de Pós-Graduação da PRPPG, sendo que este presidirá a comissão. Em seguida, Márcio Có colocou em votação a proposta de minuta com os ajustes e, por unanimidade, foi aprovada. Logo depois, foi apresentado o ponto (4) que trata da discussão sobre o orçamento para as diretorias de pesquisa, pós-graduação e extensão dos Campi. Márcio Có solicitou que o proponente do ponto, Cleidson da Silva, iniciasse a discussão. Este ressaltou a necessidade de ser realizada uma previsão orçamentária com reserva de recursos para a pesquisa, pós-graduação e extensão dos campi a fim de que seja possível planejar ações específicas. Após ampla discussão, Márcio Có propôs promover discussão junto com os gestores sobre a aplicação financeira, a composição do orçamento e a política institucional orçamentária para o próximo ano e, posteriormente, trazer o resultado das discussões para a CPPG. Em seguida, Márcio Có também apresentou os seguintes informes gerais: publicação da Portaria nº 3172/2016 – Moção de agradecimento - Sidnei Quezada Meireles Leite, da Portaria nº 3218/2016 – Comissão responsável por revisar o texto do Regimento do Fórum dos Laboratórios (FLAB), e da Portaria nº 3285/2016 – Atualização da composição da CPPG e Subcâmaras. Nada mais tendo a tratar, o presidente da reunião, Márcio Almeida Có, deu encerrada a

reunião às 12h31min, da qual a secretária Renata Venturim Bernardino lavrou esta Ata, que, após aprovada, será assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS DOS MEMBROS PRESENTES

Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

Márcio Almeida Có	
-------------------	--

Diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

André Assis Pires	
-------------------	--

Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação

Rony Cláudio de Oliveira Freitas	
----------------------------------	--

Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação dos *campi*

Adolfo Miranda Oleare	
Adriane Bernardo de Oliveira Moreira	
Ana Raquel Santos de Medeiros Garcia	
Cleidson da Silva Oliveira	
Emanuel Carvalho de Assis	
Fabiola Chrystian Oliveira Martins	
Gilmar Luiz Vassoler	
Jocelia Abreu Barcellos Vargas	
Leandro Glaydson da Rocha Pinho	
Márcia Regina Pereira Lima	
Octávio Cavalari Junior	
Maria Alice Veiga Ferreira de Souza	
Paulo José Pereira de Oliveira	
Erick Bernabé Zanelato	
Waylson Zancanella Quartezeni	

Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*

Klinger Ceccon Caprioli	
-------------------------	--

Coordenador de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*

Rosana Vilarim da Silva	
-------------------------	--

Técnico em Assuntos Educacionais/Pedagógico representante do Fórum de Gestão Pedagógica

Helton Andrade Canhamaque	
---------------------------	--

Representantes dos líderes de Grupos de Pesquisa certificados pelo Ifes

Ligia Arantes Sad	
Janio Gloria de Oliveira	
Mario Mestria	

Representante do Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes

Sara Ramos da Silva	
---------------------	--

Representante do Fórum de Registro Acadêmico do Ifes

Izaque Rohr Pereira Lima	
--------------------------	--

Representantes do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifes

Leonardo Silva Moraes	
-----------------------	--